



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

São inúmeras as queixas e reclamações feitas pelos moradores confrontantes e na envolvente do estabelecimento industrial denominado “Metaljato”, sito na rua 5 de Outubro, 2261, em Vila do Conde e que incidem sobre a dispersão de partículas metálicas provenientes das atividades de metalização e decapagem daquele estabelecimento industrial.

Os moradores de uma centena de habitações reclamam da existência de partículas que danificam a metalização e os vidros das viaturas, as guardas metálicas das varandas e os caixilhos das janelas das habitações.

São relatadas pelos moradores situações de tosse frequente, dores de garganta, irritação ocular e indisposição.

Dada a existência permanente de partículas de cor alaranjada e textura “áspera” que se depositam nas superfícies, a população exige ser informada sobre eventuais impactos e previsíveis consequências sobre a saúde pública face à sua exposição permanente e contínua. Há registo de reclamações, denúncias e abaixo-assinados desde, pelo menos, 2016 que levaram a diligências por parte de entidades como CCDR-N, IAPMEI, IGAMAOT e que resultaram numa notificação expedida a 5 de fevereiro de 2019 que ordenava a cessação da utilização do edifício e da atividade nele exercida.

Face ao compromisso assumido pela empresa, perante a autarquia, de proceder à deslocalização da indústria, pressupondo-se deste modo a manutenção dos 10 postos de trabalho, é suspensa a decisão de cessação de atividade e utilização do espaço por um ano. São posteriormente pedidas, de 4 em 4 meses, análises ambientais e monitorização contínua dos filtros.

Os Verdes têm conhecimento de que as análises apresentadas pela empresa, junto dos serviços de ambiente da autarquia, são insuficientes e insatisfatórias quanto aos parâmetros, periodicidade e parâmetros de amostragem.

Entre outubro e dezembro de 2019, respetivamente, o IGAMAOT e ASAE solicitam esclarecimentos à autarquia relativos a licenciamento da edificação, licenciamento da atividade económica e projetos aprovados, incluindo em matéria de emissões para atmosfera e emissões difusas.

No mês passado, o Partido Ecologista Os Verdes submeteu ao Governo uma pergunta sobre

questões ambientais e dúvidas sobre os respetivos impactos na saúde pública provenientes daquela atividade. Os Verdes alertavam também para a necessidade de monitorização de emissões poluentes.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito a S. Exa. o Presidente da Assembleia da República que remeta ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática o presente requerimento, para que nos sejam facultadas:

- Cópias dos dados, relatórios e pareceres resultantes de diligências das entidades CCDR-N, IGAMAOT, IAPMEI relativos à empresa Metaljato, situada na Rua 5 de Outubro, em Vila do Conde, e em resposta a denúncias ou reclamações.

- Cópias de relatórios de vistorias, inspeções, fiscalizações ou outras diligências relativas à empresa supracitada, assim como de dados de monitorizações, nomeadamente no que respeita às emissões para a atmosfera.

- Cópias dos relatórios e pareceres no âmbito da vistoria com “carácter de urgência” realizada à empresa Metaljato, em Vila do Conde, e solicitada pela Câmara Municipal de Vila do Conde, na presença de elementos do Ministério do Ambiente e da Ação Climática, ASAE, Autoridade para as Condições do Trabalho e Autoridade Concelhia da Saúde.

Palácio de São Bento, 28 de fevereiro de 2020

Deputado(a)s

MARIANA SILVA(PEV)

JOSÉ LUÍS FERREIRA(PEV)